



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

ATA N.º 05/18

Sessão Extraordinária de 20 de Abril

Aos vinte dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----Lista de Presenças:-----

-----  
**25 Deputados Municipais do PS-** Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Fernando Domingos dos Santos, Maria Esteves Ferreira Lourenço, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Hermes Luis de Brito Alberto, Joana Guerreiro da Conceição, Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes (em substituição de Vitor Cristiano da Piedade Ferreira), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), Adriano Cabrita (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente a Junta de Freguesia do Ameixial), Célia Fernanda Sezinando Cavaco Simão (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Eduardo Manuel Graça Amador (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Luis Manuel Amélio Pinguinha (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S.Sebastião);-----

-----  
**9 Deputados Municipais do PSD-** Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Sérgia Maria Vicente Coelho Medeiros, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Bárbara Miriam do Amaral Correia (em substituição de Bruno Miguel Martins Inácio), Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa (em substituição de João Manuel Guerreiro da Conceição), Francisco André Pereira Rodrigues (em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim):-

-----  
**1 Deputado Municipal do CDS - António José Mendes Pinto Farrajota;**-----

-----  
**1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins;**-----

-----  
Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara e os Vereadores**, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.-----

-----  
**Apresentaram pedido de suspensão de mandato:**-----

-----  
Os **Deputados Municipais do PS**, Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Márcio Alexandre Bandeira Fernandes.-----

-----  
O Deputado António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Adriano Cabrita.-----

-----  
O Deputado Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Célia Fernanda Sezinando Cavaco Simão.-----

-----  
O Deputado Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Eduardo Manuel Graça Amador.-----

-----  
O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Luis Manuel Amélio Pinguinha.-----

-----  
O **Deputado do PS**, André Teixeira Correia, apresentou pedido de suspensão de mandato por um período de 12 meses.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Os **Deputados Municipais do PSD**, Bruno Miguel Martins Inácio, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Bárbara Miriam do Amaral Correia, João Manuel Guerreiro da Conceição, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa.-----

O Deputado Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Francisco André Pereira Rodrigues.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, a senhora **1ª Secretária, Rosana Durão**, na ausência momentânea do senhor Presidente da Assembleia, deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.-----

Para coadjuvar os trabalhos na mesa nas funções de **2ª Secretária**, foi solicitada a colaboração da senhora deputada Sónia Neves (PS).-----

### -----Ordem de Trabalhos-----

a)- **Proposta 14/2018- Deliberação** relativa à Proposta de Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT), nos termos do n.º3 do artigo 189.º do RJIGT, com vista à posterior submissão a Discussão Pública; [Proposta da Câmara Municipal n.º614-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

b)- **Apreciação da Informação** relativa à Reabertura do Procedimento de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) - Abertura do Período de Participação Pública; [Proposta da Câmara Municipal n.º606-2018]] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

c)- **Apreciação da Informação** relativa à Revogação da Deliberação da Câmara Municipal de Loulé de 19 de Setembro de 2000, que determinou a Elaboração do Plano de Pormenor de Querença (PPQ); [Proposta da Câmara Municipal n.º605-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

A **Senhora Presidente em exercício**, referiu que esta sessão, tal como acordado na Comissão Permanente, é uma sessão extraordinária, onde não haverá Período de Intervenção do Público, haverá apenas uma única deliberação e depois apreciação de algumas Informações. Este ponto terá um período de discussão pública de 30 dias, teremos uma apresentação do Relatório apresentado, e uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

breve apresentação.-----

-----  
Para fazer a apresentação deste Relatório, foi cedida a palavra à senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que começou por dizer que relativamente a este ponto, será feita uma apresentação e um enquadramento do que é este Relatório sobre o Estado do **Ordenamento do Território** no município de Loulé e a razão porque o temos que fazer neste momento. Este Relatório passou a ser obrigatório e condição para se levar a cabo o processo de revisão do PDM com a entrada em vigor do RJIGT e este relatório pretende a fixação de indicadores que se destinam a sustentar a avaliação e a monitorização da execução dos Planos. Este Relatório permitirá avaliar o estado do território no concelho de Loulé e daqui a 4 anos, novamente ver como é que esses indicadores se estão a comportar e daí tirar as conclusões das necessidades de intervenção no **território**.-----

-----  
Posteriormente foi cedida a palavra à equipa da RRPlanning, para fazer a apresentação do resumo e do enquadramento deste Relatório.-----

-----  
Interveio a Senhora **Dra. Romana Rocha**, para proceder à apresentação do que foi feito no âmbito do Relatório de Estado do Ordenamento do Território. Será apresentado um resumo do documento que foi produzido, que depois estará disponível para discussão pública. A apresentação será baseada nestes pontos, a estrutura do Relatório e em alguns pontos detalhar as análises que foram feitas e as abordagens que foram desenvolvidas. Este Relatório foi elaborado por uma equipa externa da RRPlanning com uma colaboração estreita com os serviços da Câmara Municipal, designadamente da Divisão de Planeamento e que tenta refletir o estado do Ordenamento do Território do Município. A estrutura do Relatório do Estado de Ordenamento do Território (REOT), foi desenvolvido com um primeiro ponto onde é feita a introdução, um ponto de enquadramento, em que se dá o enquadramento legal do PDM de Loulé e a Revisão do PDM de Loulé, depois com uma abordagem ao novo enquadramento estratégico vigente e depois é feita uma abordagem a questões, serviços administrativos, base cartográfica do Concelho de Loulé e no fim é feito um ponto das linhas de orientação estratégica. O REOT é a compilação do conjunto de indicadores e está feito de uma forma em que de 4 em 4 anos, possa haver um acompanhamento dos indicadores. Com este Plano tentou-se perceber de facto quais os instrumentos e as orientações de carácter sectorial que vão incidir sobre a estratégia e sobre o que irá ser a revisão do PDM.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Este REOT em particular tem um conjunto de linhas de orientação estratégica anteriormente equacionadas na revisão do PDM e reavaliadas face à situação atual do município, aqui apresentadas as 3 linhas de orientação estratégica que acabam por estar relacionadas com as grandes orientações do PROT (Plano Regional de Ordenamento do Território).-----

Estão representadas 6 linhas; Sustentabilidade Ambiental, Reequilíbrio Territorial e Estruturação Urbana, Qualificação e Diversificação do Turismo, Salvaguarda e Valorização do Património Paleontológico, Geológico e Cultural, Estruturação das Redes de Equipamentos, Estruturação das Redes de Transportes.-----

O Relatório de Estado do Ordenamento do Território (REOT) não tem propostas de ordenamento, tem uma análise da situação e saber se estamos no ponto de partida e foi reequacionado a estratégia e o trabalho desenvolvido e nomeadamente algumas condicionantes da REN e que altera de certa forma a estratégia que estava a ser seguida.-----

Entre 2014 e 2016 o que foi feito, foi tentar adaptar o que tem sido feito para o enquadrar de acordo com a nova legislação. Em Março de 2018, houve a deliberação para reiniciar o procedimento.-----

No PDM os próximos passos, a mesma legislação que obrigou a alterar o que já tinha sido feito de 2013 a 2014, obriga agora a que a nova versão do PDM, esteja pronta em 2020. Os municípios têm que adaptar os seus Planos Diretores Municipais até 2020.-----

Posteriormente o senhor **Presidente da Assembleia**, referiu que depois desta intervenção, e depois dos esclarecimentos que houver a dar a estas intervenções, passar-se-á à discussão alargada a todos os Deputados que queiram intervir.-----

Foi dada a palavra ao senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, que disse ser a Assembleia um órgão político que se confronta com situações destas. Uma Assembleia Municipal para discutir um tema destes e tomar uma posição pública, tem que se reorganizar de outra maneira, nomeadamente com a criação de 2 ou 3 Comissões, que à qual seriam adstritas algumas pessoas, que promoveriam audições com os técnicos da Câmara.-----

O PDM de Loulé, para ser o motor do Algarve, precisava de ter coesão territorial, e para que tal seja possível, foi construído um modelo que efetivamente tinha em atenção o interior com os UOPs, que foram criadas em todas as freguesias e procurou-se criar equipamentos espalhados pelo concelho. O PDM de 1995, foi aprovado com a Câmara PS e a Assembleia PSD, por



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

unanimidade. Qualquer revisão que se faça tem sempre a trave da administração central, alterar o quadro legislativo e criar condições para desenvolver em coesão este concelho.-----

-----  
Usou da palavra o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que disse ser este documento algo crucial para o desenvolvimento do nosso município, quer a nível urbanístico, quer a nível social. Disse acreditar que o período de discussão pública irá trazer outras propostas que poderão ser vantajosas e esclarecedoras, que irá engrandecer este documento, que será de uma grande importância para o nosso município nos próximos anos.-----

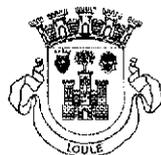
-----  
De seguida usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que lamentou o facto de não ter conseguido no âmbito da Comissão Permanente, para que o público pudesse intervir, quanto mais não fosse após a apresentação do Relatório da equipa técnica e também não percebe porque é que este trabalho não tinha sido feito pela "prata da casa". O Relatório do Estado de Ordenamento do Território do Município de Loulé, em termos de Planeamento, Demografia Económica e Social, é um documento extenso, onde está o historial relativo ao PDM e às alterações subsequentes no período de 10 anos após a aprovação do mesmo em 95. O documento é essencialmente técnico, com conteúdo político que servirá de base de trabalho na Revisão do PDM e tendo a Câmara fixado um prazo de 28 meses para a conclusão do procedimento de revisão.-----

Disse ainda que a tarefa exigida aos membros desta Assembleia, é ingrata, uma vez que estudar o documento e decidir conscientemente, sem que da parte do Executivo, tenha sido dado tempo suficiente, disponibilizada informação acrescida e ter tido a iniciativa na realização de uma sessão informativa para a matéria em causa.-----

Verifica-se que grande parte das linhas de orientação estratégica, são muito idênticas para os restantes municípios e com alguns dados estatísticos desatualizados ou incompletos.-----

Parece-lhe que um documento destes tão importante, deveria ter este prazo ampliado até 40 dias úteis, para que o Executivo Municipal proceda à marcação de diversas sessões informativas, à semelhança do que se fez quando foi a discussão do RMUE, nas principais freguesias do concelho, mas também pelo menos uma numa freguesia do interior e seria importante ouvir as populações, os técnicos e os projetistas do setor empresarial.-----

-----  
Seguiu-se a intervenção do senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que disse não estar qualificado para analisar este documento.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Ao fim de 18 anos finalmente foi constituída uma Comissão para estabelecer o que é prioritário. O CDS deseja que tal se organize no sentido que os procedimentos necessários sejam disponibilizados e que envolvam as empresas privadas que possam desenvolver projectos no concelho.-----

Posteriormente, o senhor **Presidente da Assembleia**, disse que estávamos aqui a fazer uma apreciação deste Relatório e em seguida deliberar a passagem para a discussão pública e depois o Relatório voltará a esta Assembleia, com os contributos dessa discussão pública e com a ponderação de todos os contributos e aí será tomada uma deliberação final, sobre este Relatório, que só será possível com a colaboração de todos.-----

Sobre a questão da discussão pública superior a 30 dias, o que a Lei diz, é que tem que ser no mínimo 30 dias e portanto nada obsta que ela possa ser superior a 30 dias úteis, o que significa que teremos de 4 a 5 semanas e não serão mais 10 dias úteis que porão em causa, esse prazo mais alargado.-----

A Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, esclareceu que depois de ouvidas as intervenções das diversas bancadas, disse que gostaria de recentrou o assunto que está aqui hoje em discussão, uma deliberação de envio para discussão pública, de um Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território. -----

O que está aqui em causa é levar um conjunto de indicadores a discussão pública e saber se há contributos para aumentar este grau de precisão; se a população tem outros indicadores que possa acrescentar para a "radiografia" ser o mais precisa possível.-----

Foi proposta pelo Executivo uma discussão pública sobre o REOT, para que houvesse uma sessão da Assembleia municipal específica sobre esta temática em que estaria o Executivo disponível para esclarecer todas as questões, acompanhado da equipa técnica que elaborou o Relatório, e para incorporar logo todas as sugestões e fazer a devida ponderação de tudo o que nessa sessão saísse.-----

É importante que haja uma sessão pública temática sobre esta matéria.-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, lembrou a todos os presentes, que para além dos indicadores, existe um ponto importante neste Relatório, que é o ponto 6 "Proposta de linhas de orientação estratégica para a Revisão do PDM", porque apesar de ser algo que se vai desenvolver depois, não podemos deixar de considerar que já estão explicitadas as grandes linhas propostas para a revisão do PDM. Nesse sentido já existe alguma "luz" sobre o que se pretende para o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

futuro.-----

-----  
Interveio de novo o senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, e comentou a intervenção do senhor deputado Mário Botelho, quando referiu que este Executivo era preguiçoso e que tinha apenas feito uma alteração e que o anterior tinha feito quatro! Nas questões da alteração ao PDM não é a quantidade que interessa, gostaríamos que não fossem feitas alterações ao PDM, ou pelo menos as mínimas, agora alterações para mudar uma vírgula, funcionou em vários cargos, não só nas alterações do PDM.-----

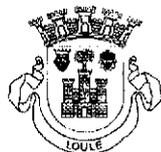
Esta Proposta de Relatório, compete à Assembleia, aprová-la e enviá-la para discussão pública.-----

Desta Proposta o PS destaca alguns pontos, porque o Estado é um único e é importante. Referiu-se ainda à alteração da Via do Infante que estava junto à EN 125 no concelho de Loulé e a Administração Central, trouxe a Via do Infante, para próximo de Loulé, quase uma Circular de Loulé.-----

É necessário acordar com a Administração Central, na feitura e realização e execução de obras que beneficiam o Concelho e população, as Circulares, os postos da GNR. Mas quanto aos projetos estruturantes muitos deles não passaram do papel.-----

O REOT constitui um ponto de partida que é necessário aprofundar com a participação das populações para que o PDM seja um instrumento desafiante e mobilizador de recursos e vontades, capacidades e conhecimento e com luta ao poder central.-----

-----  
De seguida foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, dizendo que na sequência do Relatório da Comissão, em que se falou em "triângulo dourado", mas que no seu entender trata-se de um triângulo cinzento, porque só teve uma base para fins fiscais, pois os prédios ali situados, foram altamente avaliados pelos VPT's (valores patrimoniais tributáveis), com alguns coeficientes de localização máximos, e outros que para lá caminham, que foram só para pagar impostos, e como reside nesse chamado "triângulo dourado", em que as infraestruturas não existem, em que a televisão por cabo é inexistente, e as linhas telefónicas são do século passado, ou seja, a maioria da população, exceto os que têm televisão por satélite, só têm acesso à chamada "televisão macaca", os 5 ou 6 canais, pelo que, sugeriu que a expressão "triângulo dourado" fosse retirada, porque trata-se de um triângulo cinzento e só serve para que as equipas do âmbito fiscal, apliquem ali uns coeficientes que estão muito desapropriados na verdadeira avaliação da propriedade urbana, porque também



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

existem outras carências, como caminhos.-----

-----  
Foi também concedida a palavra ao senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que questionou se daqui a 4 anos vai estar tudo igual ou se já há alguma coisa feita? E qual é a vontade da Assembleia Municipal de dar um impulso para que se concretize aquilo que realmente se decida fazer, porque continuar tudo na mesma e de 4 em 4 anos voltar o assunto à mesa, porque desde 1995 houve 7 alterações feitas, pelo que gostava de ver uma evolução durante estes próximos 4 anos, e que não seja novamente solicitada a colaboração a uma empresa para fazer um novo Relatório do Ordenamento do nosso Território.-----

-----  
De seguida o senhor **Presidente da Assembleia**, referiu que de facto é obrigatório um Relatório desta natureza, de 4 em 4 anos.-----

-----  
Seguidamente usou da palavra o senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, que começou por felicitar a Câmara Municipal, pelo facto de ter dado continuidade, com esta equipa que cá está, ao trabalho iniciado nos seus mandatos, terá sido um ganho, não só em termos de tempo, mas também em termos de conhecimento, porque já havia anteriormente muito trabalho feito e que desta forma foi aproveitado, e referiu que estava completamente de acordo com o que foi dito pelo senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, relativamente à necessidade de um melhor aprofundamento e esclarecimento desta temática, e esta é uma matéria demasiado importante para que nós possamos, sem discutir, sem avaliar, com ponderação, fazer uma aprovação incondicional, este documento é a bíblia do Concelho de Loulé. As consequências que teve para o desenvolvimento do Concelho foram inúmeras, mas no seu entender, considera que o balanço é positivo, porque é melhor ter um documento com falhas, do que não ter nenhum documento, e foram notórias as dificuldades que tivemos, em conseguir dar resposta às necessidades de desenvolvimento do Concelho, aos projetos que foram apresentados para se implantarem no Concelho, e que não havia condições para os fazer, e foi isto, que muitas vezes criou muita discussão em torno do PDM e da sua capacidade de visão para o futuro, para dar resposta ao próprio desenvolvimento. Daí que as alterações que foram feitas, e das que irão sempre ser necessárias, porque o PDM e as dinâmicas do Concelho são variáveis, de ano para ano, dependendo das conjunturas, das intenções, do momento económico do País, e vão sendo necessários ajustes e alterações, e se tal não acontecesse seria sinal de que as coisas estavam mal, porque, ou teríamos uma grande capacidade de antevisão, ou então o Concelho não teria dinâmica, pelo que, no seu entendimento, deveria ter sido feita uma apresentação aos Deputados



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Municipais, antes desta Sessão, porque tal foi feito no passado, para que houvesse tempo para se interiorizar todos estes aspetos técnicos, mas que são importantes, para que se possa ter uma noção da realidade, e porque para que seja feita um bom trabalho. Uma boa alteração do PDM vai depender muito da capacidade que o Executivo tiver, de motivar as populações, da dinâmica que vier a trazer, porque não tenhamos a ilusão, que apelando à participação das pessoas, se resolve o problema mais facilmente. -----

Pedi a palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que, este é o primeiro passo de um caminho longo, mas apesar de estarmos perante uma fotografia, estratégica, bem ou mal tirada, o Relatório embora estatístico, também é técnico, mas apresenta também 6 linhas estratégicas, opções políticas que importa refletir e aprofundar, e a Assembleia Municipal, não tem culpa que a Câmara Municipal, evoque agora tanta urgência na Revisão do PDM e porque é que só agora apresentou o Relatório? Porque desde 2015 que está em vigor a legislação que o exige, e perante este documento, o Bloco de Esquerda gostaria de colocar algumas questões em termos de dados técnicos, como os dados que apresenta sobre a área ocupada do solo urbano de 8% e do solo rural de 92%, são referentes a 1995, não haverá dados mais atualizados? O PROTAL é um Plano que está completamente desatualizado da realidade e já passaram 10 anos desde que foi revisto, e agora vamos fazer um PDM novo com base num Plano que está desadequado da realidade? O grau de ocupação dos perímetros urbanos, salvando-se Quarteira com 85%, deduz-se que muitos irão ser encurtados? Aqui haverá opções políticas a fazer. De 2005 a 2017, foram aprovados diversos Planos, Expansão Sul, Empresarial Almancil, Quarteira Norte, Boliqueime, o Plano de Urbanização de Loulé com o qual se continua a gastar imenso dinheiro, não se tornaram eficazes porque não avançaram as obras de regularização, vão ser anulados? O que é que a Câmara Municipal pensa fazer sobre isto? E aqueles Planos comprometidos que ainda não estão aprovados? Porque realmente nas linhas estratégicas, dá aqui indicadores e importa, neste período de discussão pública, saber se a Assembleia Municipal, só se vai pronunciar, sobre aquilo que foi dito pela senhora Vereadora Heloísa Madeira, sobre os dados técnicos, ou se vai ouvir as populações, e ver qual será a forma que as populações têm para se pronunciarem no debate do inquérito público. Como pensa a Câmara Municipal, reduzir as assimetrias existentes no Concelho, entre o litoral e as Freguesias da Serra, particularmente no combate à desertificação do interior? É necessário criar mecanismos que possam permitir a construção, mas todos sabemos que o PROTAL não permite esta construção. A CCDR é um órgão consultivo, no entanto, continua a ser a CCDR a mandar no Planeamento do Território Municipal, quer em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Loulé, quer noutros lados. E são estas questões, que realmente não se sabe, se durante o inquérito público, se as pessoas se devem pronunciar sobre elas, porque se for só para se pronunciarem sobre se os dados e a radiografia do Concelho, estão ou não bem, o inquérito público irá servir para pouca coisa.-----

Foi também concedida a palavra ao senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que enquanto cidadão, se regozija com o Município de Loulé, pela apresentação deste Relatório, apesar de este não passar de dados estatísticos, que convém serem analisados, mas que servirão de base de trabalho para se saber quais são as linhas estratégicas que devemos seguir nos próximos anos, no Município. Todavia, não podemos passar indiferentes, relativamente a este documento, quando aparecem dados que permitem tirar elações políticas sobre os mesmos, e daí a pertinência em relação à ausência de estratégia, um pouco sobre este Município, e a ausência de dinamismo que se tem verificado, e que não é por acaso que um dos Institutos que analisa os Municípios em função dos vários vetores, nomeadamente, o turismo, talento, dinâmica industrial, a nível nacional, não nos classifica nos primeiros 25 Municípios, estando atrás de Municípios como, Braga, Coimbra, Aveiro, Albufeira, Portimão, Oeiras, Leiria, Viseu, Maia, Faro, e quando é analisado a nível regional, contata-se que Loulé está em 5.º lugar, atrás de Faro, Albufeira, e atrás de Tavira, o que não nos orgulha, que Loulé, sendo um Município, que outrora foi pujante, dinâmico, gerador de riqueza e com uma vitalidade enorme, esteja neste momento, deixado ao abandono e largado para a cauda do ranking dos Municípios Portugueses. Obviamente que isto não é motivo de orgulho, e esta Bancada do PSD, não faria o seu trabalho se não viesse aqui denunciar estas coisas, não como uma crítica negativa, mas sim como uma crítica positiva, para que possamos, através deste documento, criar formas, investimentos e projetos estruturantes, para tornar novamente este Município dinâmico, que crie emprego, que seja atrativo para as pessoas que cá vivem, e que neste momento não o é, pelo que, é importante este documento, como base de trabalho, em conjunto, para todos participarem, dinamizarem, promoverem alternativas, às linhas de orientação que já são veiculadas neste Relatório. -----

Voltou a pedir a palavra o senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, dizendo que tem pena que as 7 alterações que foram feitas, não tenham resolvido os problemas do Concelho e que tem muitas dúvidas de que esta Revisão ao PDM os vá resolver, porque não temos mecanismos para podermos alterar regras, regras essas que condicionam os Executivos Municipais, dando o exemplo do Hotel Conrad, e o problema que na altura o Deputado Seruca Emídio, teve, enquanto Presidente da Câmara, há um caminho que é muito estreito para os Executivos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Municipais, e a equipa que está nesta Sessão sabe bem disso, e este Executivo também sabe, e que cada vez são mais estreitos, e realmente as alterações são sempre boas intenções para resolver os problemas, mas depois não passam de boas intenções, porque a CCDR é representativa do Poder Central, para efetivamente coordenar estas ações, e para termos o PDM em 1995 houve imensas guerras, e o PDM foi uma conquista, mas que depois foi, a pouco e pouco, cortado, alterado, cozinhado, costurado, pela Administração Central, e o que temos é este Concelho completamente modificado, em relação ao PDM que a população, a Câmara e o Executivo Municipal, tinham desenhado.-----

Foi também concedida a palavra ao senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, dizendo que fica perplexo com algumas coisas que ouve, referindo o que foi dito pelo Deputado do PSD sobre a ausência de estratégia e de dinamismo por parte deste Executivo, e que o Concelho de Loulé tinha sido deixado ao abandono, referiu de seguida que puxando pela memória, consultando as 4 alterações que o PSD efetuou ao PDM, disse que as mesmas foram muito convenientes. Referindo-se ao interior do Concelho, disse que esteve ao abandono durante 12 anos, sem estratégia, e agora este Executivo começou a mostrar algum incentivo, e estratégia para o interior do Concelho, apesar de ser preciso muito mais.-----

De seguida também pediu a palavra a senhora **Deputada Francisca Sousa (PSD)**, dizendo que sem desprimor para com os Técnicos que fizeram este relatório, estes indicadores não podem ser analisados, de forma tão descontextualizada, pois são revistos de 4 em 4 anos e servem para dar pistas, para a Revisão do PDM, e este Relatório que tem um carácter técnico, e que está assumidamente a analisar um período de tempo que é totalmente diferente, entre o seu início 1995 e o seu fim 2017, e que deveria ser analisado de acordo com algumas variáveis, ou seja, se forem analisados estes indicadores com a evolução da população, talvez se consiga ter uma conclusão sobre os usos do solo, que no fundo e a grosso modo, é o PDM, e relativamente a este período, deveria haver alguma conclusão, também para que este Relatório conseguisse assumir um carácter de projeção para o futuro, e a partir daqui, dizer-se o que é que em Loulé, deverá existir, e que estratégia poderá ser desenhada para os usos do solo para PDM, dizendo que da sua análise, falta algum "sumo" neste Relatório. Tal, como todos, também acha que é necessário um grande conhecimento técnico para analisar este documento, e sobre as alterações ao PDM, questionou o porquê dessas alterações, terá tido alguma influência por causa das populações, porque o passado deveria ter sido analisado de uma forma mais concisa, para se perceber o que é que é necessário



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

para projetarmos o futuro.-----

Também foi dada a palavra ao senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, dizendo que este relatório é demasiado "seco", como já se percebeu, porque parte pressupostos que não têm a ver com a realidade atual do Concelho, e referindo-se ao gráfico 44, Evolução do índice de compra per capita de 2004-2015, é um bom exemplo daquilo que o Concelho está a passar, e este Concelho tem que começar a esquecer o "Triangulo Dourado", porque ele já deu o que tinha a dar, foram de facto investimentos muito importantes, suportaram o desenvolvimento do Concelho, mas neste momento é necessário pensar noutras soluções, porque aquelas já deram o que tinham a dar, porque basta olhar para as contas de Vilamoura, de Vale do Lobo, e a única que deve estar minimamente equilibrada será a Quinta do Lago, pelo que, se devem procurar outras estratégias que nos resolvam estes assuntos, e o atual empresariado que nós temos, está refletido no gráfico 44, em que já liderámos o País em poder de compra, e agora nem o Algarve lideramos, e já estamos a ficar no limite abaixo da média do Algarve.-----

Seguidamente foi concedida a palavra à senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, que relativamente ao Relatório, disse que no seu entender era um documento bem feito, mas que deve ter sido difícil de fazer, porque foi feito com base em indicadores, e avaliar os indicadores, e conseguir instrumentos de análise dos indicadores, é que é uma complicação, e existem indicadores que precisam de ser desdobrados, operacionalizados, para poderem ser avaliados, é evidente que este documento é uma descrição, técnica, embora aborde questões da decisão política, e de projeção política, pelo que o período de discussão pública é importante, e esse documento é um princípio.-----

Usou também da palavra o senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, dizendo que esta discussão é política e que estamos confrontados com um documento que tem uma base técnica muito forte, mas que nos é apresentado como um documento de passagem, uma radiografia do momento, e não parece ser estática, e que este Relatório cumpre o objetivo, diz-nos onde é que estamos, e permite-nos avançar, dando seguimento áquilo que foi mencionado por todas as bancadas, que é a necessidade de favorecer a participação das populações, e todos têm a possibilidade de acrescentar contributos a este documento, que serão ponderados pelo Município, e outra questão muito importante e referida pelo Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), que era a necessidade de termos uma Comissão, que até parece já ser ter sido discutida pelos líderes das Bancadas, e que também parece ser uma excelente medida e a ter em conta, é que o principal



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

documento de corporiza esta Estratégia de Ordenamento do Território do Município, é o PDM, e nós temos a história de um PDM que cumpriu um desígnio, que poderá estar hoje desadequado ao nosso contexto e da dinâmica do Concelho, mas este PDM desbloqueou o desenvolvimento do Concelho e ajudou a promover e a alavancar esse desenvolvimento, e esse documento do ponto da sua génese, teve um envolvimento político muito grande que permitiu, que as forças políticas que na altura tinham responsabilidades, se revissem nele e não o bloqueassem e utilizassem como arma de arremesso político, e o desafio que nós temos e que nos é colocado nesta fase de início de um ciclo político, é que aquilo que nos permite que procuremos repetir os ensinamentos bons do passado nos deixaram, e de uma forma construtiva, que consiga envolver todas as populações, e os partidos políticos, que permitam chegar a um documento que não seja uma arma de arremesso político, mas sim um instrumento de desenvolvimento.-----

De seguida pediu a palavra para o direito de resposta o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo ao senhor Deputado Hugo Nunes (PS), que embora tivesse estado no Executivo 4 anos, na verdade nunca cá esteve, e que quando o PSD afirmou com desalento e tristeza, que no relatório anual de uma Consultora credível, o nosso Município está na cauda do ranking dos Municípios, é com certeza de que o PSD gostaria de ver o Município de Loulé, quer a nível nacional, quer a nível regional, no ranking das melhores cidades, isto foi uma crítica construtiva, e obviamente que o PSD quer fazer parte da construção deste Município, e a oposição não faria o seu trabalho, se não assentasse e negociasse, aquilo que no seu entender está mal, ou menos bem, e esse é o papel da oposição.-

Ainda pediu a palavra o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo que a Revisão do PDM é um instrumento de vital importância para o futuro do Concelho, de toda a análise feita de 1995 a 2016 é extremamente importante, e estes dados permitem-nos refletir, mas o que é determinante aqui, é olharmos para o futuro, e saber qual é a intervenção territorial que se quer fazer no futuro, e estão aqui as 6 linhas de orientação estratégica, que abarcam aspetos relevantes em termos de intervenção no nosso espaço territorial, e é sobre estas linhas de orientação que temos que refletir, até a Comissão que for criada, terá que trabalhar muito, e deu especial ênfase ao Reequilíbrio Territorial e Estruturação Urbana, à Qualificação e Diversificação de Turismo e a Estruturação das Redes de Transportes Coletivos. Referiu também a importância das áreas industriais, como a de Boliqueime, que é difícil mas é uma área vital, pelo sítio onde está, e do potencial que tem, e de igual modo, é importante, toda a problemática da mobilidade, e o Algarve tem que se transformar em termos de mobilidade inter-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

regional, e o futuro aponta para uma transformação brutal nessa área, e nesse sentido este é um aspeto que tem que ser muito bem analisado, muito bem refletido, existem estudos, e deve haver uma conciliação relativamente a esta matéria.-----

De seguida foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que disse estarmos perante um documento importante, porque é o início de um processo de Revisão do PDM, tivemos um PDM que tem já uma longa história, com muitos sucessos e muitas coisas não conseguidas, mas na verdade tratou-se de um mero instrumento de Planeamento e Gestão do Território, que nos permitiu, mal ou bem, chegar ao ponto em que hoje nos encontramos, foram vários Executivos que trabalharam com ele, e todos o conhecem, as suas fragilidades, as suas qualidades, porque apesar de tudo, se o território de Loulé, é um território hoje de referência positiva, com índices de desenvolvimento reconhecidos pela população que reside no Concelho de Loulé, que quando questionada em vários inquéritos públicos, diz que gosta de viver em Loulé, sendo um território ultimamente muito procurado, muito solicitado, muito elogiado, por quem nos visita, pelo que, todos nós, e todos os Executivos, e todas as forças políticas, devem ter orgulho, e hoje, nesta Sessão, temos o momento inaugural de um processo, para se passar para outro PDM, passaram muitos anos, o mundo mudou muito, e nós agora temos que desenhar novas metas para o nosso desenvolvimento, e aquilo que fizemos, foi pedir à equipa, que já há muito tempo ia trabalhando na Revisão do PDM, com a aprovação das últimas Leis, e com a obrigação de fazer as coisas um pouco diferentes, e foi isso que foi começado, porque esta equipa a RRPlanning já tinha conhecimento, trabalho acumulado, e foi a essa equipa que se pediu, que retomassem a tarefa da Revisão do PDM, e de apresentarem a primeira peça inaugural que é o REOT, e que fizeram um trabalho, muito bem feito, em pouco tempo, e este trabalho que está hoje em discussão, não é para votar o documento em si, mas votar a abertura de um período de discussão pública, e a Câmara Municipal, quis trazer este documento à Assembleia Municipal, para que houvesse um primeiro momento, em que os Senhores Deputados Municipais, pudessem conhecer o documento, pudessem ter as primeiras impressões sobre o documento, que é denso, extenso, requer tempo e estudo, mas este documento em si não vai ser votado, o que vai ser votado, é a abertura de um período de discussão pública, e se alguma coisa carece de aperfeiçoamento ou até de mudança completa, temos agora algum tempo para podermos alterar isso, e a Câmara Municipal está aberta a todos os contributos, para que todos nós nos possamos rever neste documento, e os 6 eixos de desenvolvimento referidos neste Relatório, são uma base de partida para o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

futuro. Quem licencia, quem transforma o território, quem define as regras para que nele a riqueza e o desenvolvimento possam acontecer, somos nós. Referiu também que deveria ser constituída uma Bolsa de Terrenos Públicos, com a aquisição de solos públicos, para podermos ter a capacidade de sermos mais planeadores, e vamos dar também esse passo, e as questões da mobilidade e da habitação, vão ter um grande destaque, e disse ainda que o espaço físico tem limites, e como tal, está na altura de pensarmos que outros eixos de desenvolvimento poderemos nós caracterizar, que sejam razoáveis, adequados à nossa realidade e ao poder de compra.-----

Para esclarecer bem a questão desta votação, o Senhor **Presidente da Assembleia**, referiu que se trata de uma proposta que foi enviada pela Câmara Municipal, com vista, a sua posterior submissão a discussão pública, ou seja a CML submeteu a deliberação à Assembleia Municipal, para que esta se pronuncie se este Relatório está ou não, em condições de ser enviado para discussão pública, nos termos e nos prazos que a Lei prevê (30 dias úteis, que terá início após a publicitação da respetiva deliberação desta Assembleia), o que tem implícito um juízo de valor sobre o mesmo.-----

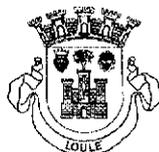
Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, passou à votação da proposta:-----

a)- **Proposta 14/2018 - Deliberação relativa à Proposta de Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT), nos termos do n.º 3 do artigo 189.º do RJGIT, com vista à sua posterior submissão a Discussão Pública; [Proposta da Câmara Municipal n.º 614-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), tendo a mesma sido votada e aprovada por unanimidade.**-----

Dando continuidade à Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia**, passou aos pontos seguintes:-----

b)- **Apreciação da Informação relativa à Reabertura do Procedimento de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) - Abertura do Período de Participação Pública; [Proposta da Câmara Municipal n.º 606-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt):**-----

c)- **Apreciação da Informação relativa à Revogação da Deliberação da Câmara Municipal de Loulé de 19 de Setembro de 2000, que determinou a Elaboração do Plano Pormenor de Querença (PPQ); [Proposta da Câmara**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Municipal n.º 605-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt):-----

Relativamente à alínea b), o senhor **Presidente da Assembleia**, solicitou que o Executivo prestasse um esclarecimento sobre esta Informação, porque este tipo de Procedimentos são um pouco confusos, porque temos o Relatório (REOT), que aparentemente é o ponto de partida, embora tenham havido revisões do PDM, estes Relatórios têm que ser feitos de 4 em 4 anos, é uma condição óbvia para uma revisão do PDM, mas independentemente de haver uma revisão do PDM, os relatórios do estado do ordenamento do território devem ser feitos com uma determinada periodicidade, mas entretanto há uma decisão para Reabertura do Procedimento de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), com um período de discussão pública, que por acaso é metade daquele que é dado para o REOT, e isto é um pouco confuso, sendo evidente que a própria legislação sobre o ordenamento do território é confusa.-----

A nossa missão é esclarecer estas dúvidas e fazer com que as pessoas percebam melhor quais são as regras do ordenamento do território, nomeadamente a nível municipal, e é nesse sentido que é pedido ao Executivo Camarário, um esclarecimento sobre esta matéria.-----

Para prestar esses esclarecimentos, foi dada a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, dizendo que esta deliberação que foi tomada em Reunião de Câmara, deveu-se à de Reabertura do Procedimento de Revisão do PDM, e isto porque, o processo de Revisão que se encontrava em curso desde 2005, está caduco, e tinha ultrapassado todos os prazos que a Lei admitia, logo, tinha que ser retomado e deliberada esta Reabertura e foi deliberado e fixado um prazo de 28 meses, que não foi aleatório, é o prazo que vai coincidir com Julho de 2020, que é o prazo final para os Municípios atualizarem os seus Planos Diretores Municipais, à nova legislação. Como tal, este prazo é muito importante, e agora vamos entrar num contra-relógio, e é por isso que esta deliberação diz que, todo o procedimento, todos os Estudos, que foram feitos para trás, são retomados e aproveitados neste procedimento, porque não podemos desperdiçar mais tempo, e temos que trabalhar para o futuro com esta meta.-----

Pedi ainda a palavra o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, questionando se este prazo de 15 dias colide com o prazo de 30 dias do REOT?-----

Para responder a esta questão, foi concedida a palavra à senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, dizendo que não colidia, porque são duas coisas distintas, esta reabertura é para saber se alguém tem alguma coisa a acrescentar a esta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

deliberação de Reabertura do Procedimento de Revisão do PDM, e é isto que está em causa, não é nenhuma Proposta de Revisão, esta deliberação e a aprovação do REOT, depois do período de discussão pública, vão permitir que a CCDR faça a nomeação da Comissão de Acompanhamento, que é uma peça essencial para se continuar o processo de Revisão do PDM. -----

Não havendo mais pedidos de esclarecimento sobre esta alínea, o senhor **Presidente da Assembleia**, passou de seguida à alínea c) solicitando à senhora Vereadora Heloísa Madeira, um esclarecimento e enquadramento sobre este assunto.-----

Para fazer algumas considerações de enquadramento relativamente a esta alínea c), foi novamente dada a palavra à senhora Vereadora Heloísa Madeira, dizendo que, não obstante esta deliberação ter sido tomada com base numa proposta da equipa que estava encarregue deste Plano, por considerar que a esmagadora maioria das indicações do Plano e das Linhas Estratégicas deste Plano, já estavam concretizadas e como o Município de Loulé está em fase de Revisão do Plano Diretor Municipal, considerou a equipa e validou o Município, de que teríamos de juntar esforços para rever o PDM, e que estas linhas que ainda não estavam concretizadas podiam ser absorvidas pelo Plano Diretor Municipal, não necessitando de concretização ao nível de um Plano de Pormenor, e a questão é essa, é a Revogação desta deliberação, por não fazer sentido a continuidade do procedimento.-----

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, o senhor **Presidente da Assembleia**, formulou um pedido ao Executivo Camarário, para que ajudasse a Assembleia, e informasse a todos e à população em geral do referido período de discussão pública, bem como a data para a Sessão Temática sobre o tema do REOT, tendo a senhora Vereadora Heloísa Madeira, concordado em fazê-lo.-----

De seguida o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, agradeceu a presença de todos nesta Sessão, nomeadamente à equipa de Consultores, autora deste Relatório, e o trabalho dos Dirigentes e Técnicos da CML nesta área, dando por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA Adriano Pinheiro  
A 1ª SECRETÁRIA [Assinatura]  
A 2ª SECRETÁRIA [Assinatura]